

A falência ética



António Domingues Azevedo

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Não tenho dúvidas em admitir que vivemos tempos extraordinários a todos os níveis. Tanto pela negativa, como pela positiva. São tempos em que o desenvolvimento e o engenho humano competem com o lado mais negro e perverso da humanidade.

Há anos que a população portuguesa está a ser sacrificada porque os cofres públicos estão exauridos, mas a verdadeira falência nacional é de ca-

riz ético e dos espíritos sem escrúpulos, a verdadeira chaga que mina e obstaculiza a evolução sustentada de um país, que apesar da sua pequena dimensão, tem um potencial que faz inveja a muitas nações.

Os casos BPN e BES são apenas a face mais visível de obscuros interesses económicos e práticas fraudulentas que se sobrepõem à ética, à deontologia, e porque não dizê-lo à moral, que devia presidir a atos de gestão de tão elevada dimensão e responsabilidade social, na medida em que mexem com os investimentos e as poupanças de milhões de portugueses.

Os casos com que até hoje tivemos que lidar, em Portugal e noutros países, deixam no ar um certo laxismo, procurando passar a ideia que as situações são fruto de acidente e, conseqüentemente, naturais no evoluir dos negócios. Com efeito, tudo ficou na mesma. Parece que os factos não aconteceram e nada, ou praticamente nada, foi feito para tentar evitar que outras situações ocorressem.

Parece que os portugueses não tiveram que suportar do seu próprio bolso, com o aumento

dos impostos, os desvios que conduziram ao enriquecimento ilícito de alguns, que todos agora estamos a pagar, que o desemprego não aconteceu, que tudo continua a fluir como dantes. Infelizmente, não é isso que acontece. E não podemos calar a nossa voz ao vermos que gente enriqueceu do dia para a noite, extorquindo o pão dos nossos filhos, a possibilidade deles estudarem ou até de muitas famílias terem um lar onde desfrutem do conforto mais básico, enquanto outros, no aproveitamento das dúvidas geradas perante os factos, continuam a fazer vidas opulentas, dignas de autênticos faraós.

A pergunta que se impõe é o que fazer para alterar o paradigma? Creio que o ponto de viragem terá que passar por uma maior intervenção do poder público na defesa dos valores da verdade, da legalidade, da transparência e do interesse social, condenando e confiscando o que ilegalmente e à custa dos cidadãos tenha sido alcançado.

Não se reclama aqui um Estado mais intervencionista na economia, mas sim um Estado mais protetor da economia e do interesse que ela tem para os cidadãos.

É aqui que a contabilidade e os seus executores, os técnicos oficiais de contas, desempenham um papel insubstituível. A contabilidade é o rasto que evita que os movimentos fraudulentos e à margem da lei se esfumem.

É necessário e urgente, com regras previamente definidas, apostar nas pessoas, bem como incentivar a responsabilização e a criação de mecanismos jurídicos que punam com rigor e verdade os prevaricadores.

Se não o fizermos, ensinamos a história, que sobre a miséria e sofrimento de muitos, constrói-se a avareza, o fausto e o ócio de alguns. ■

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico